

# As reformas políticas e econômicas neoliberais no contexto dos países desenvolvidos\*

Fábio Luciano Oliveira Costa<sup>1</sup>

## Resumo

Este artigo aborda as reformas políticas e econômicas neoliberais no contexto das décadas de 1980 e 1990, ao levar em consideração a descrição de alguns de seus aspectos característicos para os principais países desenvolvidos. Além da Introdução, que apresenta o tema e os objetivos do trabalho, o texto conta com mais três partes. Na primeira, analisa determinadas influências que o neoliberalismo passou a ter nas reformas políticas e econômicas dos Estados de Bem-Estar Social. Na segunda, destaca o papel que os Estados Unidos desenvolveram no cenário mundial, dada a força de sua economia e o peso de suas orientações políticas, tido como a grande potência hegemônica mundial. Um último tópico reforça o argumento de que o neoliberalismo consistiu numa nova forma de imperialismo implementado pelos países desenvolvidos, ao enfatizar o caráter distinto que eles assumiram em seus territórios.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo. Estados de Bem-Estar Social. Imperialismo. Países desenvolvidos.

---

\* Recebido em 09.04. 2011

Aprovado em 28.06.2011

<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Graduação incompleta em Filosofia pela UFU. Especialista em Sociologia Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestrando em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: fcostaluciano@hotmail.com

## 1 Introdução

Este artigo trata das reformas políticas e econômicas neoliberais nas décadas de 1980 e 1990, para o cenário de alguns dos principais países desenvolvidos<sup>2</sup>. A força, a extensão e o impacto que tais reformas neoliberais passaram a ter, com maior ou menor intensidade, em escala global, introduziram mudanças importantes nas organizações sociais contemporâneas. Apesar de tal paradigma ter produzido como não poderia deixar de ser, casos particulares no desenvolvimento de seu projeto numa extensa lista de Estados, o neoliberalismo promoveu reformas que garantiram e elevaram a diferenciação entre os ricos e os pobres no mundo.

O velho discurso liberal de que o mercado encontraria as melhores alternativas para promover a justiça social encobriu mais uma vez as reais intenções da tradicional ideologia, que com o neoliberalismo sofreu uma carga de contestação bem menor do que em períodos anteriores do liberalismo, ao facilitar a legitimação da hegemonia dominante com a diminuição dos conflitos de oposição à ideologia e a práticas do sistema capitalista.

Além desta introdução, o artigo conta com mais três partes. Na primeira, discutem-se as influências que o neoliberalismo passou a ter nas reformas políticas e econômicas dos Estados de Bem-Estar Social em alguns dos principais países desenvolvidos, ao defender o argumento de que as propostas neoliberais de construção de um “Estado mínimo”, como modelo crítico ao Estado de Bem-Estar, não foram efetivadas, apesar dos ataques sofridos pelo Estado no que diz respeito à proteção social dada aos trabalhadores; a desregulação econômica; a venda de parte importante do patrimônio público; e a participação ao incentivo do desenvolvimento dos mercados especulativos financeiros etc.

Ao contrário, o Estado continuou a desempenhar papel vital na intervenção e na regulação social, na manutenção e na reprodução do capitalismo, e, graças ao seu papel, é que as reformas neoliberais puderam ser efetivadas.

---

<sup>2</sup> Uso, ao longo do texto, os termos “países desenvolvidos” e “países ricos” para caracterizar as principais nações industrializadas do planeta, sendo também comum encontrar na bibliografia especializada conceitos como “países centrais”.

Na segunda parte deste artigo, analisa-se o papel que os Estados Unidos exerceram no cenário mundial, dada a força de sua economia e o peso de suas orientações políticas, onde aparece como potência hegemônica mundial.

Um último tópico tece considerações finais ao reforçar o argumento de que o neoliberalismo consistiu numa nova forma de imperialismo promulgado pelos países desenvolvidos, principais beneficiados com as reformas, enfatizando o caráter distinto que elas assumiram em seus territórios.

## **2 A primazia dos países ricos**

Com maior ou menor grau de desenvolvimento, o liberalismo econômico cumpriu a função de interligar mercados diferenciados em parceria com a necessidade de expansão do capitalismo, estabelecendo não só mercados que buscavam a auto-regulação, mas criaram outras formas de relações econômicas, como o imperialismo econômico europeu, no qual as potências industrializadas, lideradas pelos seus Estados nacionais, lutaram constantemente entre si para impor suas formas comerciais aos mercados subjugados pela (neo)colonização, tais quais as que foram travadas no século XIX e primeira metade do século XX, dada a fertilidade das riquezas extraídas dessas formas de exploração.

Paralelamente, a regulação exercida pelo Estado não teve menor importância sobre as estruturas sociais internas dos países desenvolvidos, seja ela para atender aos interesses dos trabalhadores ou para estimular o desenvolvimento do capital (POLANYI, 1980).

No plano teórico, um possível marco inicial para o neoliberalismo é remetido a Friedrich Hayek, com o livro “O Caminho da Servidão”, cuja primeira edição data de 1944. Esse texto é apresentado por alguns autores como a base para a formulação das críticas às políticas intervencionistas dos Estados desenvolvidos, que limitavam o desenvolvimento do mercado livre ao coagir a promulgação da liberdade tanto econômica quanto política, bem como na garantia de direitos as-

segurados aos trabalhadores (ANDERSON, 1995; BRESSER-PEREIRA, 2010; SALAMA; VALIER, 1997).

O caminho para a servidão de Hayek estaria pautado na planificação imposta pelo Estado para regular e organizar a economia e, por consequência, as demais instâncias da vida social. As ideias do socialismo só poderiam ser executadas por meio de governos ditatoriais, organizados sob mecanismos hierárquicos com fortes poderes coercitivos, em que a liberdade de pensamento, como a que foi apresentada no século XIX dentro do Estado liberal europeu, seria expressamente condenada. Uma filosofia da economia política de caráter liberal defendia a liberdade por meio da auto-regulação do mercado, que representaria a manifestação de uma ordem espontânea, que não é intencional e que independe de vontades particulares dos indivíduos.

Qualquer estratégia de regulação que contrariasse essas regras seria considerada funesta e prejudicial para a construção do coletivo social, como no caso da planificação econômica, impulsionada pelos Estados socialistas com a Revolução Russa em 1917; ou no caso dos fascismos da Itália e da Alemanha, nos anos que se seguiram entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, na primeira metade do século XX. Ao Estado, caberia o cumprimento de uma função: a de não permitir que qualquer coisa atrapalhasse a livre e natural regulação do mercado (HAYEK, 1984).

Segundo Bobbio (2000), o liberalismo, enquanto teoria econômica esforça-se para instaurar uma economia de livre mercado; enquanto teoria política prega um Estado que interfira o mínimo possível nas formas de regulação social. De um lado, há uma intrínseca relação entre essas duas teorias, pois uma das maneiras de diminuir a participação do Estado seria a de afastá-lo dos assuntos econômicos; de outro, elas são dissociadas quando ocorre, sobretudo no século XIX, a separação entre o poder político e o poder religioso, durante a formação dos Estados laicos na Europa, junto à estruturação de Estados de livre mercado (que distingue o poder político do poder econômico).

Essa separação foi fundamental para que as elites nacionais europeias aproximassem suas relações com o Estado liberal, no intuito de desenvolver soluções

para as crises (apenas para citar algumas da primeira metade do século XX: Primeira Guerra Mundial, Revolução Russa, Crise de 1929, Regimes Fascistas, Segunda Guerra Mundial) do capital e das pressões exercidas pelos trabalhadores para ampliar os seus direitos.

A época de ouro do capitalismo, com duração de aproximadamente três décadas depois da II Guerra Mundial, viabilizaria a construção dos Estados de Bem-Estar Social. Para Fiori (1997, p. 134), essa edificação teria sido possível através: 1) da ampliação do modelo fordista, do consenso em torno do crescimento econômico, da proposta de pleno emprego, das políticas keynesianas e do aumento das receitas fiscais; 2) dos acordos de Bretton Woods, que, pelo menos para os países mais industrializados, proporcionaram um clima de estabilidade econômica internacional; 3) da bipolarização ideológica em dois blocos (socialistas *versus* capitalistas), cujo lado capitalista favoreceu um sentimento de solidariedade entre vencedores e vencidos após a II Guerra, mesmo com as divergências entre liberais, conservadores e democratas-cristãos; e 4) da democracia partidária e de massas que, por meio de eleições diretas, aumentava a pressão das reivindicações colocadas pelos trabalhadores.

Os embates entre o capital e o trabalho, que desencadearam as séries de conflitos em todo o século XIX e na primeira metade do século XX, dariam suporte para entender a formação dos complexos mecanismos estatais. A consolidação desses Estados poderia ser remetida ao interior de suas próprias estruturas, pelo advento dos direitos dos cidadãos e da democracia, em que os capitalistas, pressionados ou divididos entre seus grupos, viriam a ceder direitos sociais aos trabalhadores (visão conflitualista), bem como das exigências da acumulação de capital e da industrialização, ou da urbanização e da modernização (visão funcionalista), de acordo com o desenvolvimento da história particular e a reunião de cada uma dessas duas visões (visão neo-institucionalista); mas cujos acordos não proporcionaram uma ruptura com a lógica do sistema vigente (ARRETCHE, 1995, p. 58; FIORI, 1997, p. 139).

Na definição de Gomes (2006, p. 202) o *Welfare State* consistiria num acervo de “serviços e benefícios sociais de alcance universal” garantidos pelos Estados,

por meio das lutas e de como elas foram efetivadas pelos distintos grupos sociais, no intuito de tentar promover um equilíbrio entre o desenvolvimento das regras de mercado com as demandas exigidas pelos trabalhadores, ao assegurar uma qualidade de vida mínima a estes últimos, frente à constante má distribuição da riqueza produzida no sistema capitalista.

Na descrição da argumentação de Ian Gough, Arretche (1995, p. 45) expõe quatro razões para o crescimento dos gastos sociais: 1) aumento dos custos relativos dos programas, em que a ampliação dos serviços exigiu um aumento de contratações que, por sua vez, fortaleceram determinados sindicatos dos servidores públicos; 2) mudança na estrutura etária populacional dependente (idosos e/ou crianças); 3) melhoria dos serviços existentes ou a criação de outros; e 4) transformações nas necessidades sociais, fruto do movimento da acumulação do capital.

Ao citar Gosta Esping-andersen, segundo essa mesma autora, seria possível distinguir a classificação de três tipos de Estados de Bem-Estar, mediante seus sistemas de política social. No primeiro tipo, chamado de liberal, o Estado garantiu benefícios de seguridade social aos indivíduos ou a grupos populacionais, mediante o mérito, de forma a tentar universalizar as oportunidades e não os resultados, como no caso dos Estados Unidos, Canadá, Austrália, Suíça e Grã-Bretanha.

No segundo, classificado como social-democrata, o Estado deveria cumprir a função de fornecer benefícios de seguridades sociais universais, cujos critérios estariam centrados numa cidadania solidária, baseada num modelo empresarial, diante de acordos coletivos e políticas eficientes de intervenção nos mercados de trabalho. Os países que apresentariam esse modelo de *Welfare State* seriam os escandinavos, como no caso da Dinamarca e da Suécia.

Já no terceiro tipo, os Estados de Bem-Estar conservadores, com forte influência do catolicismo, os direitos sociais seriam marcados pelo corporativismo e por regras de estratificação ocupacional, no intuito de fragmentar a classe dos trabalhadores. Seriam esses os casos de países como a Alemanha, França, Bélgica, Japão, Itália e Áustria (ARRETCHE, 1995, p. 49-50).

Os acordos travados entre grupos sociais distintos estariam ancorados na própria necessidade de dar continuidade ao processo de produção e acumulação, pois a sobrevivência do sistema demandava um aumento do consumo para escoar a produção em massa (SPING-ANDERSEN, 1993). O “contrato social fordista” (GOMES, 2006, p. 212), ao ampliar a seguridade social dos trabalhadores, diminuía os custos com o emprego assalariado, ao mesmo tempo em que contava com a colaboração dos segurados, em virtude dos novos benefícios e da ampliação do consumo.

Essa situação perduraria até o começo dos anos de 1970. No fim dessa década, os gastos com seguridade social diminuíram pela metade (mas voltariam a crescer na década de 1980 em diante), não só pelos efeitos da forte crise econômica, que levaram à estagnação e ao aumento da inflação, mas também pelo fato de que os liberais e/ou conservadores acusavam o Estado pela promoção das crises desencadeadas, já que havia em suas contas uma despesa não aceitável com os direitos dos trabalhadores.

No caso da Alemanha Ocidental, Pochmann (2001) ressalta um exemplo do processo de desestatização criado para privatizar empresas que possuíam participação no Estado, como o que ocorreu com a *Wolkswagen* no ano de 1961, durante o governo de Honrad Adenauer. Uma ampliação desse raciocínio privatizador de incentivo ao livre mercado será retomada com força nos governos de Margareth Thatcher, na Inglaterra, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, no início da década de 1980 (BORON, 1994; GOMES, 2006; NAVARRO, 1997, SANTOS, 2004; STIGLITZ, 2002).

O governo Thatcher diminuiu a emissão de moedas e os impostos para os grupos de maior poder aquisitivo; elevou as taxas de juros e os níveis de desemprego; combateu o sindicalismo e as greves dos trabalhadores; acabou com os controles sobre os fluxos monetários, ao mesmo tempo em que houve uma reestruturação dos gastos sociais, além da massiva privatização que atingiu a habitação pública, as indústrias básicas, o petróleo, a eletricidade, o gás, a água (ANDERSON, 1995, p. 12).

No ápice da crise inglesa, a saída adotada pelo Estado foi a desregulação econômica, em que o descontrole dos mercados financeiros, as flutuações cambiais

e as taxas de juros impediram que a política monetária e cambial interdependente pudesse estabilizar a economia.

A justificativa para a implantação do neoliberalismo apareceu com a crise do Estado de Bem-Estar Social, dentro de uma crise maior do modelo econômico capitalista, em meio à necessidade de encontrar novas alternativas para incentivar a acumulação de capital privado e restritivo.

Dentre esses fatores de crise, os gastos dos Estados desenvolvidos passaram a extrapolar a arrecadação tributária e a gerar déficit fiscal, aumentando as necessidades de assistência e a proteção dada aos trabalhadores; crise na acumulação do Estado, pois com a menor arrecadação dos impostos sobre os assalariados, gerada pelo maior desemprego, e da arrecadação do capital, que passa a contar com menores investimentos na produção, os Estados nacionais somaram dívidas públicas (internas e externas) na casa das centenas de bilhões de dólares (CORTEZ, 2008; TOLEDO, 1997).

Para Laurell (1997, p. 167) “[...] as quatro estratégias concretas da implantação da política social neoliberal são o corte dos gastos sociais, a privatização, a centralização dos gastos sociais públicos em programas seletivos contra a pobreza e a descentralização”. Talvez possa ser acrescentada a essa lista uma quinta estratégia neoliberal, conforme será tratado adiante: a da especulação financeira dos mercados de capitais.

Da mesma maneira que garantiu o bem-estar a amplos setores da população nos países ricos, foi também o Estado que retirou muito desses direitos dos trabalhadores, mediante a nova organização da divisão social do trabalho, nas décadas de 1980 e 1990: a ampliação do poder dos grupos privados e o aumento da autonomia de setores voluntários ou de outras formas de organizações privadas ou filantrópicas.

A explicação de Navarro (1997) relata que as técnicas racionais do trabalho (fordismo), até fins da década de 1960, passaram a ser substituídas por uma nova forma racional de administração e gerenciamento (toyotismo), a partir de 1980, com transformações na organização e administração das condutas do processo de trabalho.



O toyotismo, que nasce no Japão a partir da fábrica Toyota, depois da II Guerra Mundial, passou a ganhar espaço tanto nos demais países ricos, quanto em outros de industrialização subordinada. E apresenta como características fundamentais, na formulação de Antunes (2001, p. 21):

1) sua produção é muito vinculada à demanda; 2) ela é variada e bastante heterogênea; 3) fundamenta-se no trabalho operário em equipe, com multivariabilidade de funções; 4) tem como princípio o *Just in time*, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção e funciona segundo o sistema de *Kanban*, placas ou senhas de comando para reposição de peças e de estoque (que, no toyotismo deve ser mínimo).

Essas mudanças foram possíveis devido à inserção do processamento eletrônico de dados e dos componentes da informática, que viriam a provocar a centralização da direção e do controle desses processos, junto com a descentralização da execução política (ANTUNES, 2000a).

As formas de trabalho, ancoradas na terceirização ou na contratação de tempo limitado por parte de pequenas empresas, incentivadas pelo paradigma japonês, tiveram um salto nos Estados Unidos na década de 1980. Esse modelo acabou por organizar importante parcela da produção em função da interligação de vários produtores e fornecedores, que empregaram trabalhadores seletivos, especializados, com baixos salários e menores direitos trabalhistas, com a forma de trabalho em tempo parcial e mal organizada.

Manteve-se a dependência mútua entre os trabalhadores e os que organizaram e distribuíram a produção, em benefício desses últimos, reconhecida como legítima diante das normas firmadas em centros regionais, como no caso da aceitação da baixa remuneração do salário, da mobilidade e da incorporação dos indivíduos junto às necessidades do mercado.

Grandes setores da produção norte-americana foram transferidos para distintas regiões do país, ou mesmo para outros países onde os encargos trabalhistas eram menores, que dispunham de uma força operária menos organizada e com incentivos fiscais atraentes. A redução do emprego, que diminuiu o poder aquisitivo

dos trabalhadores nos Estados Unidos e na Inglaterra, na década de 1980, esteve relacionada também com o desenvolvimento das grandes empresas multinacionais e transnacionais por todo o planeta.

A maior parte dessas corporações saiu dos principais países desenvolvidos, impulsionada pelos efeitos da globalização<sup>3</sup>. Seus proprietários têm contribuído para endereçar a reservada lista das grandes fortunas privadas no mundo, das quais muitas superavam a produção anual de riquezas de vasta quantidade de países.

A luta desenfreada pelos trabalhadores para garantir sua inserção no mercado, regido com regras e normas descentralizadoras, diminuiu o incentivo para a organização coletiva no ambiente de trabalho e para a criação de novas formas de solidariedade entre os indivíduos.

As organizações sindicais que, por exemplo, na década de 1970 e até na década de 1980, tinham como principais propostas de reivindicação a crítica ao sistema capitalista, nas décadas de 1980 e 1990, com a menor participação no número de sindicalizados, reorientaram e fragmentaram suas estratégias de luta por meio da negociação de classes, como no caso da inserção na participação dos lucros empresariais pelos trabalhadores com maior estabilidade no trabalho.

Quando entre 1950 e 1973, países como a Alemanha, Itália, Inglaterra e França apresentaram uma taxa de desemprego inferior a 5%, proporcionada pelo Estado de Bem-Estar, na década de 1990, o número esteve em torno dos 10% para os mesmos países, elevado pelas contribuições das novas formas de organização do trabalho.

---

<sup>3</sup> “Globalização” ou “mundialização”, segundo a definição de Chesnais (1996, p. 18), teria o intuito de abranger o todo, não apenas no que diz respeito ao capital, mas também à economia planetária, às relações políticas e culturais-ideológicas, por meio das disputas, domínios e dependências entre os Estados nacionais, provocando forte hierarquização entre eles e aumentando o abismo na participação do capital rentista entre os Estados dominantes e os Estados dominados.

Houve uma diminuição do operariado industrial tradicional que, em contrapartida, viu aumentar o trabalho assalariado no setor de serviços. O trabalho se tornou mais heterogêneo, incorporou significativa parcela da população feminina como operárias, expandiu o trabalho parcial, precário, temporário e pouco valorizado, elevou a taxa de desemprego estrutural, bem como terceirizou diversas funções; somados esses itens desfavoráveis à garantia dos direitos dos trabalhadores, acabou por eliminar benefícios sociais, entre eles os previdenciários e de aposentadorias de larga soma de indivíduos em distintas partes do mundo.

O desenvolvimento científico e tecnológico também contribuiu para modificar as relações trabalhistas, sobretudo na última década do século XX. As mudanças nos ambientes de trabalho passaram a exigir uma qualificação vinculada com a maior capacidade intelectual do operário, o qual, ao não apresentar tais exigências, teria a justificativa para a sua eliminação do processo laboral.

Enquanto um menor número de trabalhadores acompanhou as novas demandas por qualificação intelectual, a grande parte se viu desqualificada e obrigada a exercer as distintas formas de trabalho informal, temporário, parcial e precário. Atrelado às novas demandas impostas pelo e para o capital, o trabalhador passou a se alienar ainda mais frente à “realidade” social (ANTUNES, 2000b, p. 62).

O resultado mundial dessa situação foi sintetizado no questionamento desse mesmo autor. O que poderíamos dizer dos resultados provocados pelo modelo neoliberal no final do século XX, que contava com algo em torno de 1,2 bilhão de pessoas, ou seja, um terço da humanidade que trabalhava, fora do mercado de trabalho, enquanto “rios” de dinheiro circulavam pelos mercados financeiros especulativos?

As reformas políticas e econômicas neoliberais dos Estados beneficiaram principalmente os 20% a 30% mais ricos de suas populações nacionais, por meio da redução dos impostos, do incentivo ao aumento exorbitante do consumo e da extraordinária concentração de bens e capitais especulativos.

As crises constantes no cenário capitalista, iniciadas na segunda metade da década de 1960 e prolongando-se pelas décadas de 1970 e 1980, fizeram com

que ascendesse uma nova direita conservadora na administração desses Estados. A ideia de livre mercado retomou a dianteira para estimular o desenvolvimento do capitalismo, a ser estabelecido como o principal agente para a captação de recursos econômicos e para atender às necessidades particulares dos indivíduos.

Junto à proposta de liberalização do mercado e da ampliação dos fluxos comerciais em escala global, houve uma diminuição da atuação do Estado na economia, principalmente com a destituição dos direitos históricos conquistados pelos trabalhadores, da privatização das empresas estatais, da desregulamentação dos mercados de trabalho e de capitais, da especulação financeira de capitais, dos baixos salários em massa e da elevação das taxas de juros.

A ideia e a tentativa de implantação de um “Estado mínimo” não necessariamente desenvolveram um Estado fraco, mas, pelo contrário, a força estatal foi suficiente para fragmentar ainda mais a classe trabalhadora e o poder dos sindicatos, administrar os fluxos monetários, incentivar a abertura do mercado interno ao comércio internacional e implementar as diversas reformas necessárias, como as fiscais, previdenciárias e administrativas, funções que o Estado deveria cumprir para desenvolver o capitalismo competitivo e promover a criação de uma sociedade de mercado livre.

O Estado do bem-estar social, como diz Galbraith, “veio para ficar”. Mas veio para ficar não só porque estabelece um sistema de seguridade social para os trabalhadores, mas principalmente porque regula a concorrência intercapitalista (Banco Central, bancos estatais e nacionais de desenvolvimento, Tesouro Nacional, Superintendências de Desenvolvimento etc.), cria demandas (obras públicas, forças armadas, funcionalismo público), especializa a força de trabalho (escolas e universidades públicas), transmite os valores empresariais (concessão de rádio, televisão etc.), controla a oferta de trabalhadores (legislação trabalhista, hospitais públicos, políticas demográficas etc.). Defende a propriedade privada e faz valer os contratos (Polícia, Justiça, tribunais, presídios, manicômios públicos etc.), perenizando assim o sistema salarial. (MALAGUTI, 1997, p. 234).

Mesmo com a diminuição do crescimento proporcional do produto interno bruto, na maioria dos países membros da Organização de Cooperação e Desenvol-

vimento Econômico (OCDE), não houve diminuição na proporção total do gasto social público na década de 1980.

Com exceção da Holanda e do Reino Unido, os demais países desenvolvidos continuaram a apresentar uma crescente participação do emprego público em relação ao montante global da ocupação em cada território, apesar da diminuição dos empregos no setor privado, que, entre os anos de 1970 e 1995 caiu 25% em países como Alemanha, Itália e Inglaterra (POCHMANN, 2001).

Em 1980, chega-se a uma média de gasto público relacionado ao Produto Interno Bruto (PIB) de 42,6%. Alguns países, como Bélgica (58,6%), Holanda (55,2%) e Suécia (60,1%) gastaram algo em torno dos 60%. Todos são países voltados para os gastos sociais e não para o gasto militar. A Alemanha (47,9%) e o Japão (32,0%) estão proibidos de expandir seus gastos militares no período e se voltam intensamente para o desenvolvimento científico-tecnológico e o crescimento econômico com base em forte competitividade internacional. A França (46,1%), os Estados Unidos (31,8%) e o Reino Unido (43,0%) são grandes investidores no setor militar, mas também aumentaram seus gastos no período (SANTOS, 2004, p. 103).

Abre-se a década de 1990 com um crescimento médio de 42% para 48% desse gasto registrado na década de 1980, em relação ao PIB, mantido ou mesmo elevado em alguns países até o final do milênio, devido, sobretudo, ao aumento do gasto social com o desemprego e a elevação no número de aposentados acolhidos pelo Estado.

Direitos sociais foram transformados em direitos civis, que acabaram por refletir numa diminuição da força pensada no sentido da solidariedade social; o indivíduo marginalizado passou a ter que incorporar a filosofia das vítimas do sistema social capitalista, muitas vezes recompensado por uma indenização pública ou mesmo uma indenização privada, dada a sua condição social excludente. Essa parcela populacional se tornou vítima de uma situação imposta, que criou uma falsa ideia de imutabilidade para a manutenção das desigualdades sociais.

Concessões para as camadas mais ricas da população, com a diminuição dos impostos e incentivos para a especulação financeira, foram convertidas em

políticas de Estado para elevar o bom funcionamento do sistema capitalista. Com o fim do sistema de Bretton Woods em 1971 e talvez redimido de sua fase social-democrática, Bresser-Pereira (2010) afirma que o mercado financeiro mundial passaria por grandes mudanças, já que aumentaria seu poder de gerar uma riqueza financeira artificial muito além da que é encontrada na produção de bens e serviços, aumentaria extraordinariamente os ativos financeiros em circulação no mundo e potencializaria as taxas de lucros dessas instituições financeiras.

Essa forma contemporânea de exploração de pequenos grupos sobre toda a população mundial tem contribuído para desestruturar a economia global e, conseqüentemente, aprofundar as crises constantes dos Estados capitalistas. Muitas dívidas privadas foram transformadas em dívidas públicas, como as fileiras de dívidas oriundas de grandes corporações, no caso dos bancos ou empresas de alto porte, muitas delas assumidas pelos Estados a partir de 1980. Ao invés de o dinheiro servir para criar empregos, foi usado para não impedir um quebra geral dos setores privados que, por sua vez falidos, também levariam a um desenfreado aumento do desemprego.

O Estado neoliberal na década de 1990 não desmontou o Estado de Bem-Estar Social, mas promoveu a “reconstrução de um novo Estado Providência” (RO-SANVALLON, 1998, p. 63) gerou, como no caso dos Estados Unidos, uma sociedade que buscou reparar danos de gigantescas proporções estruturais, mediante o incentivo de uma lógica individualista que deveria ser constantemente aperfeiçoada.

Ao olhar o cidadão como cliente, o Estado empreendedor passou a buscar resultados eficientes e eficazes, mediante estratégias competitivas, em que a “ética” e a “transparência” moldaram os discursos na gestão dos recursos públicos. A partir da década de 1990, os limites financeiros, fiscais e administrativos do Estado substituíram o governo burocrático pelo governo empreendedor e entregaram a diversos setores (voluntário, comercial e informal), por meio de terceirizações<sup>4</sup> e privatizações, muitas de suas responsabilidades.

---

<sup>4</sup> As principais representações da “Terceira Via” nos anos de 1990, foram os governos de Bill Clinton nos Estados Unidos, e na Inglaterra, por meio da liderança do primeiro-ministro Tony Blair com o New Labour. Para uma melhor compreensão do que foi caracterizado como “Terceira Via”, ver Giddens, (2000).

### 3 Os Estados Unidos como potência hegemônica mundial

O governo de Reagan, na década de 1980, nos Estados Unidos, não conseguiu mais do que promover um pequeno crescimento econômico, inferior quando comparado ao de outros países desenvolvidos e voltado principalmente para o setor militar e de serviços. No primeiro setor, a sociedade americana legitimou a importância das armas e da pesquisa espacial para a manutenção da sua condição de potência exclusiva, com supremacia no desenvolvimento de tecnologias de armamentos e no uso dessas armas em diferentes cantos do mundo para a manutenção da “ordem”.

Sobre os serviços, seu crescimento prejudicou os trabalhadores, com a diminuição dos salários e os cortes de muitos dos direitos trabalhistas conquistados ao longo das lutas históricas, além de ter gerado uma menor arrecadação do Estado sobre o trabalho assalariado, o que contribuiu para aumentar o número elevado das dívidas públicas.

Como resultado, aumentou o déficit comercial dos Estados Unidos com o resto do mundo e a valorização do dólar foi impulsionada pela intermediação do setor financeiro na dívida pública. O Estado norte-americano passou a emitir bônus da dívida, ao invés de moeda, aumentando significativamente a taxa de juros para atrair capitais externos. Os alemães e os japoneses foram os que mais investiram nesses títulos, que levaram a um fortalecimento do *marco* e do *iene* nesse período e de seus setores financeiros nacionais.

Depois de 1982, a Alemanha assumiu a liderança do sistema monetário europeu, por meio das políticas adotadas com a perspectiva de longo prazo para ajustar e reestruturar a indústria. O fortalecimento de sua posição industrial, comercial e financeira permitiu-lhe assumir o papel de destaque no processo de integração e expansão econômica dos países ricos europeus até o final dos anos de 1980.

No Japão, desde a primeira crise do petróleo na década de 1970, o Estado promoveu um ajuste macroeconômico de valorização do *iene* frente ao dólar até o final da década de 1980, na tentativa de equilibrar sua balança comercial, além de orientar o desenvolvimento industrial, não estritamente relacionado com o livre mercado. Nesse

período, durante as situações de crise, o Japão financiou a dívida pública a baixas taxas de juros, mesmo quando teve que colocar títulos no mercado especulativo com taxas de juros mais altas, ao garantir estabilidade e o suporte para o desenvolvimento.

Para a Alemanha, a estratégia foi de consolidação de sua posição dominante na Comunidade Econômica Europeia (CEE) e de controle da integração europeia. No Japão, existiu claramente uma estratégia de globalização mais completa, que envolveu em um primeiro estágio uma nova divisão do trabalho na Ásia e a conquista em grande escala do mercado norte-americano (TAVARES; FIORI, 1993, p. 43).

As megatransações financeiras, que criaram grandes déficits comerciais nos Estados Unidos na década de 1980, favorecendo a Alemanha, o Japão e os Tigres Asiáticos, foram sentidas e, em parte, pagas pelas economias periféricas do sistema capitalista, tais como as dos países latino-americanos, na forma da elevação dos juros sobre as dívidas externas que assaltaram os cofres públicos desses Estados e suas populações, diminuindo os investimentos públicos e privados sobre as economias hiperinflacionárias desses países.

Para a constituição do “sistema-mundo” moderno, a formação de uma “economia-mundo” no sistema capitalista tem sido possível, em grande medida, pela expansão dos Estados europeus, de suas populações e de seus conceitos morais pela demais partes do mundo (WALLERSTEIN, 2007, p. 30).

A elevação da taxa de juros nos Estados Unidos em 1979 provocou um efeito que foi alastrado para inúmeros outros países de todo o mundo. Para os sete grandes países capitalistas (Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, França, Alemanha, Itália e Japão), nomeados de “Grupo dos Sete” (G7), criado pelo presidente norte-americano Jimmy Carter (na década de 1970) para formular políticas comuns aos países desenvolvidos, a participação da dívida pública bruta no PIB aumentou de aproximadamente 37% no início da década de 70 para 67% na primeira metade da década de 1990.

No mesmo sentido, a porcentagem do pagamento de juros líquidos sobre o receituário das despesas públicas subiu de 3,9% para 6,1%, nos Estados Unidos;



de 2,7% para 6,1%, na Alemanha; de 1,8% para 6,2%, na França; de 11,1% para 21,1%, na Itália, no período de 1980 a 1994. O Japão e o Reino Unido escaparam à regra imposta aos principais países desenvolvidos, conseguindo baixar os gastos com pagamentos de juros em relação ao gasto público total nesse mesmo período, o primeiro de 3,3% para 0,7% e o segundo de 7,3% para 6,9%. Para a participação da dívida pública bruta no PIB desses países, houve um aumento médio de 36,8% em 1973, de 43,2% em 1980, de 55,5% em 1985, de 59,5% em 1990 e de 67,3% em 1994 (SANTOS, 2004, p. 102-103).

Quando na década de 1980, o Japão, os Tigres Asiáticos e a Alemanha ganharam com a especulação dos títulos da dívida pública norte-americana, graças à intervenção do Estado norte-americano, que não permitiu uma significativa desvalorização do dólar, dos ativos financeiros, dos imóveis mundiais e aumentou as taxas de juros sobre as receitas públicas, tendo por consequência um baixo crescimento econômico em quase toda a década de 1990; tivemos um maior crescimento econômico dos Estados Unidos no período de 1993 a 2000, e uma recessão que, para o Japão, estendeu-se de 1993 a 1999; na Alemanha, a crise começou em 1991 e durou toda a primeira metade da década, mas retomou o crescimento, junto com a maior parte dos países europeus desenvolvidos entre 1995 e 2000.

Em 1987, a crise financeira retirou um trilhão de dólares da economia mundial em menos de uma semana (TAVARES; FIORI, 1993). Essa forma de riqueza acumulada e não associada diretamente à produção gerou no mundo um fluxo de capitais em curto prazo de cifras muito elevadas, que viajaram pelo planeta graças à globalização das tecnologias da informação e da comunicação, na procura de sua reprodução imediata.

Boa parte dos recursos foi controlada por fundos de pensão norte-americanos ou por fundos de orientação especulativa. A política de juros altos dos EUA e as flutuações cambiais na década de 1980 provocaram um aumento da internacionalização dos bancos privados dos países ricos, principalmente no Japão e na Alemanha, colocando em embate a operacionalização das políticas de regulação financeira e macroeconômica que pudessem beneficiar os interesses dos Estados nacionais e das instituições econômicas privadas.

Os altos e baixos na economia dos Estados Unidos, com a recuperação de 1993 a 2000, foram acompanhados de perto e provocaram oscilações semelhantes na economia alemã. O Japão entrou num ciclo diferenciado destes dois outros países, o período de crescimento para os Estados Unidos, bem como para a Alemanha na segunda metade da década de 1990, foi marcado pela crise no Japão no mesmo período.

Como o Japão tinha se tornado o principal mercado dos Tigres Asiáticos, a desvalorização do *iene* diminuiu as exportações das economias em países do Sudeste Asiático, que também tiveram que desvalorizar suas moedas para tentar aumentar as exportações. Muitos dos capitais que saíram do Leste Asiático a partir de 1997 foram parar nos Estados Unidos, incentivados pela volta do aumento da taxa de juros determinadas pelo *Federal Reserve Bank* (FED); ou em países conservadores europeus como a Alemanha.

No Leste Asiático, na década de 1990, a China apareceu como uma exceção frente à crise, com a abertura de sua economia para o mercado, e se tornou o principal país que mais exportou para os Estados Unidos nesse período. O aumento de sua produtividade, por meio de uma mão de obra barata, com produtos vendidos próximos aos preços de custo e com o fluxo cambial desvalorizado, impôs à China uma taxa de crescimento média em torno dos 10% durante essa década. A maior parte da indústria chinesa continuou a pertencer ao Estado e a oferecer emprego para aproximadamente 77% dos trabalhadores concentrados nos centros urbanos, além de ter tido uma participação média de 55% no montante total das receitas chinesas (MENGZI, 2000).

A retomada do crescimento econômico norte-americano em 1993, com o governo de Bill Clinton, e logo seguido pelos países desenvolvidos europeus, novamente foi proporcionada graças ao sacrifício do resto do mundo. Os países do Leste Europeu, abertos à economia de mercado depois da dissolução dos regimes socialistas no final da década de 1980, tiveram como resultado a privatização do patrimônio público, o aumento do desemprego e a elevação das dívidas externas.

Em 1999, a Rússia declarou moratória de sua dívida externa diante do fracasso das reformas neoliberais que acumulavam uma década, com a queda em torno de 60 % de sua produção industrial e 54% do PIB; a crise asiática em 1997 impôs um freio ao bom crescimento que as economias emergentes do Leste Asiático vinham obtendo nas duas últimas décadas e colocou os índices médios de desemprego acima dos 20%; os conflitos interétnicos de caráter religioso e as fontes de petróleo que sustentaram a economia de alguns países do Oriente Médio continuaram a manter os constantes conflitos civis e as guerras entre os interessados em suas riquezas; a fome e a miséria continuaram a percorrer os países da África e de maneira semelhante fez parte do cotidiano de aproximadamente 50% da população nos países da América Latina.

A diminuição dos juros altos e as políticas de desvalorização cambial voltaram a incentivar o crescimento norte-americano depois de várias crises cambiais e financeiras - os índices chegaram próximos do pleno emprego (3,4% em 1999) -. Houve um rápido processo de ajuste de alternativas microeconômicas às situações da realidade, geradas pelo investimento em alta tecnologia que substituiu o padrão antigo e permitisse aos Estados Unidos continuar a impor sua situação de potência hegemônica com tecnologia de ponta frente ao resto do mundo.

A desvalorização dos ativos e os baixos níveis de juros levaram à transferência de capitais para as empresas na forma de valorização dos títulos empresariais contidos nas bolsas de valores e em outras fontes de capitalização, deslocando os investimentos do setor produtivo para os mercados especulativos financeiros. De 1998 a 2000, o crescimento da economia norte-americana foi de 4,3%, 4,2% e 5,2%.

Teria sido esse o resultado de mais de cinquenta anos de consolidação dos Estados Unidos como potência hegemônica mundial. Ao citar Wallerstein, Santos (2004, p. 292) reforça o argumento de que, depois da Segunda Guerra Mundial, houve apenas uma única potência, e não a constituição de um mundo bipolar. A União Soviética não teria tido condições de disputar com o poder econômico, político ou militar criado pelos Estados Unidos. União Soviética e Inglaterra apareceram como importantes forças na área militar, mas nenhuma comparada à supremacia norte-americana.

Parte importante do gasto social público dos Estados Unidos foi direcionada para o setor militar, enquanto esse país esteve constantemente envolvido em conflitos armados em todos os cantos do mundo para alimentar sua máquina armamentista e de guerra. O custo da hegemonia contribuiu para tornar a dívida pública norte-americana a maior do mundo e uma fonte lucrativa para subsidiar o crescimento do mercado especulativo financeiro mundial.

Estados Unidos, Europa e Japão passaram a incentivar suas atividades de pesquisa e desenvolvimento no trabalho, na cultura e no lazer, sobre os meios de comunicação de massa e na educação de indivíduos aptos a lidar com a diversidade das sociedades contemporâneas, ao criar um modelo de sociedade vendido para o resto do mundo.

Já que a população dessa tríade correspondia a aproximadamente 20% da população mundial na década de 1990, os 80% restantes foram encarados como subalternos, ou seja, âncoras para a continuidade da exploração. O explorado deve seguir os passos do explorador, mas deve parar, caso haja a possibilidade de sair de sua condição de dominado, caso contrário, a própria exploração não subsiste (BOURDIEU, 2007).

Instituições como, por exemplo, a Organização Mundial do Comércio (OMC) criada em 1993, para substituir o Acordo Geral de Comércio e Tarifas (GATT), tiveram sua representação de mundo guiada pelos países desenvolvidos. A esses Estados mais poderosos cumpriu a função de organizar e administrar o comércio mundial. Conforme Freeman (2000), a OMC foi estabelecida para assegurar a reprodução dos lucros de suas (dos países desenvolvidos) empresas multinacionais ou transnacionais estabelecidas na forma de monopólios e oligopólios em vários países do mundo, as quais dominaram parcela significativa do comércio mundial, e que não teve nada a ver com a ideia de livre mercado.

A França, que reduziu parte de seus gastos sociais, não elevou o número de empregos, mas fez com que subissem as margens de lucros de suas grandes empresas. Como salienta Hobsbawm (1995, p. 274) sobre a localização das duzentas maiores empresas no mundo na década de 1980, “[...] 85% das ‘duzentas grandes’

tinha sede nos EUA, Grã-Bretanha e Alemanha, com empresas de onze outros países formando o resto”.

Não houve a criação de um livre mercado; o comércio mundial foi orientado em prol dos mais fortes, com a liderança dos Estados Unidos, que na década de 1990, produzia cerca de 20% da produção mundial, continuando a manter a soberania militar e armamentista, conferindo-lhe o maior poder de decisão sobre as instituições internacionais mais importantes (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional [FMI], Organização das Nações Unidas [ONU], Organização do Tratado do Atlântico Norte [OTAN], Organização Mundial do Comércio [OMC] etc.).

Num período de cinco anos (1990-1995), a diferença do PIB entre os Estados Unidos e o Japão aumentou de 2,3 trilhões de dólares para 3,0 trilhões de dólares, o que revelou a força econômica e política do primeiro país na manutenção de seus interesses frente ao resto do mundo.

De 1988 a 1993, a ONU, liderada pelos Estados Unidos, principalmente pelo fim da oposição soviética, realizou treze intervenções pelo mundo, o mesmo número registrado para o período de 1945 a 1987, em nome da paz, da democracia, do livre mercado. As intervenções foram feitas para “manter” as nações do mundo unidas.

A OTAN, segundo Rodrigues (2000) foi criada no ano de 1949 com o argumento de garantir a defesa europeia no pós-guerra. Com o final da Guerra Fria, na década de 1980, a OTAN foi reformulada para subjugar os países europeus aos interesses expansionistas dos Estados Unidos por meio de suas grandes empresas transnacionais.

A Nova Ordem Mundial indexada pelos Estados Unidos atribuiu um papel importante para essas grandes instituições internacionais. Ao mesmo tempo em que os Estados Unidos mantiveram seus aliados subordinados a um ideal de interesses comuns, formulado em Washington, houve obviamente a repartição dos custos e benefícios com esses mesmos países de forma que contemplasse a todos.

Isso realizado, sem dúvida, com muita disputa política e econômica, mas, depois da Segunda Guerra Mundial, não houve enfrentamento direto dos países desenvolvidos entre si.

Para Wallerstein (2007, p. 26), o universalismo europeu estaria centrado em três principais argumentos. O primeiro diria respeito à defesa da ideia de direitos humanos, liderada pelos países ricos e que, por sua vez, levaria à promulgação da democracia em distintos territórios; o segundo corresponderia ao choque de civilizações, na qual a civilização ocidental teria supremacia sobre as demais civilizações, pois teria como preceitos “verdades” universais, como as encontradas em seus modelos científicos; por fim, as leis de mercado seriam as mais competentes para organizar a ação dos Estados e de suas respectivas populações.

A liderança mundial dos países desenvolvidos, coordenada pela hegemonia dos Estados Unidos, continuou a vigorar nos anos de 1990. Para responder à pergunta que pretenda investigar como isso foi e tem sido possível, temos uma série extensa de respostas. Uma delas, dentre outras, é apresentada por Claus Offe:

A razão é que o poder superior também significa habilidade superior para defender e reproduzir o poder. Os poderosos são menos numerosos, mas dificilmente se dividem uns contra os outros, têm uma visão mais clara do que querem defender e têm maiores recursos para agir concertadamente. O que em seu conjunto implica que provavelmente terão mais êxito em recriar a situação inicial. (OFFE, 1984, p. 70).

#### **4 Considerações finais**

As reformas políticas e econômicas dos programas neoliberais tiveram impacto em todos os continentes e, com maior ou menor força, sobre os seus respectivos países. O conjunto das regras teóricas e práticas, das ações e recomendações direcionadas aos governos e às economias nacionais, às reformas dos Estados e das suas políticas, não assumira a forma de receitas prontas para o exercício da gestão pública. Ao contrário, particularidades e semelhanças na execução dos postulados neoliberais em escala global remetem aos estudos de caso, ao levar em consideração cada Estado-nação dentro de sua conjuntura histórica.

De forma geral, o neoliberalismo para os países desenvolvidos assumiu características bem distintas daquele projetado para os países subdesenvolvidos, isso devido ao desenvolvimento do capitalismo em cada nação e sua inserção dentro dos mecanismos políticos e econômicos em nível internacional, apesar das várias estratégias relacionadas com os princípios e os fundamentos de um corpo de doutrinas executadas em uma lista extensa de países com princípios e regras semelhantes, principalmente depois da abertura econômica do principal eixo opositor ao capitalismo, como no caso da condução do FMI na administração da transição para uma economia de mercado na antiga União Soviética e nos países socialistas da Europa; a criação de uma grande e potencial economia de mercado na China; a queda do muro de Berlim e a unificação da Alemanha em um único território capitalista, etc.

O neoliberalismo consistiu em uma reorganização do imperialismo, na manutenção da soberania dos interesses dos países ricos e de suas parcelas minoritárias da população mundial, aliadas às pequenas elites locais, em distintas nações, ao acreditar que o mundo e o restante da população deveriam servir aos seus interesses e propósitos, tanto pelo consenso da manipulação da consciência, que facilita o processo, quanto pela dominação, por meio do uso da força.

O papel do Estado neoliberal foi fundamental para decretar a condenação dos direitos sociais e da separação entre os benefícios e a contribuição do trabalho, ao favorecer a hegemonia do capital especulativo financeiro; privatizar o patrimônio público; desregular a economia; flexibilizar a organização do trabalho; diminuir o investimento na produção, aumentando o desemprego; e contribuir para a manipulação ideológica por meio dos processos tecnológicos da comunicação de massa.

Uma herança comum rompeu as fronteiras com a desagregação das sociedades ao aumentar as dificuldades em estender os laços de solidariedade, de integração social e da ação coletiva, contrariando os preceitos e a prática da cidadania em bases democráticas sólidas. A competição e a competência assumiram os ditames da determinação de méritos duvidosos, necessários para a manutenção das desigualdades sociais, geralmente encoberta com a falsa noção do desenvolvimento, mediante a formação de seres conscientes diante de uma falsa consciência.

## The neoliberal economic reforms and policies in the context of developing countries

### Abstract

This article discusses the neoliberal economic and political reforms in the context of the 1980 and 1990, to consider the description of some of its characteristic features for the major developed countries. Besides the introduction that presents the theme and objectives of the work, the text has three parts. At first, it analyzes certain influences that neoliberalism began to have political and economic reforms in the states os Social Welfare. In the second, highlights the role that the United States developed the world scene, given the strength of its economy and its political weight, as had the great global hegemon. One last point reinforces the argument that neoliberalism was a new form of imperialism implemented by developed countries to emphasize the distinct character that they assumed in their territories.

**Keywords:** Neoliberalism. State Welfare. Imperialism. Developed countries.

### Referências

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 08-27.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000a.

ANTUNES, Ricardo. O trabalho, a produção destrutiva e a des-realização da liberdade. In: CARRION, Raul; VIZENTINI, Paulo G. Fagundes (Org.). *A crise do capitalismo globalizado na virada do milênio*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000b. p. 109-125.

ANTUNES, Ricardo. Reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho numa ordem neoliberal. In: DOURADO, Luiz Fernandes; PARO, Vitor Henrique (Org.). *Políticas públicas & educação básica*. São Paulo: Xamã, 2001.



ARRETCHE, Marta T. S. *Emergência e desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas*, 1995. Disponível em: <<http://www.googleacademico.com.br>>. Acesso em: 5 jun. 2010.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. Tradução de M. A. Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BORON, Atilio. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. Tradução de E. Sader. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de F. Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise financeira global e depois: um novo capitalismo? *Novos Estudos*, São Paulo, n. 86, p. 51-72, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 1 jun. 2010.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Tradução de S. F. Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CORTEZ, Rafael de Paula Santos. Globalização e proteção social nos países desenvolvidos: uma análise da literatura. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 16, n. 31, p. 161-176, nov. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 30 mar. 2010.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. Orçamento e democracia: o Estado-Providência em Espanha e Portugal, 1960-1986. *Análise Social*, Lisboa, v. 28, n. 122, p. 589-606, ago. 1993. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br>>. Acesso em: 10 out. 2009.

FIORI, José Luis. Estado de Bem-Estar social: padrões e crises. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 129-147, ago. 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 20 fev. 2010.

FREEMAN, Alan. O império contra-atacou? In: CARRION, R; VIZENTINI, P. G. F. (Org.). *A crise do capitalismo globalizado na virada do milênio*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. p. 26-58.

GIDDENS, Anthony. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GOMES, Fábio Guedes. Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil. *Revista de Administração Pública*, v. 40, n. 2, p. 201-236, mar./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 30 mar. 2010.

HAYEK, Frederick August Von. *O caminho da servidão*. Tradução de A. M. Capovilla; J. I. Stelle. Rio de Janeiro: Exped; Instituto Liberal, 1984.

HOBSBAWM, Eric John. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução de M. Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. Tradução de R. L. Contrera. São Paulo: Cortez, 1997. p. 150-178.

MALAGUTI, Manoel Luiz; CARCANHOLO, Marcelo; CARCANHOLO, Reinaldo. *A quem pertence o amanhã?: ensaios sobre o neoliberalismo*. Tradução de M. L. Malaguti; R. A. Carcanholo; N. N. Campanário. São Paulo: Loyola, 1997.

MENGZI, Fu. Mitos e realidade da crise financeira asiática: reflexões sobre as rivalidades e desenvolvimentos na globalização. In: CARRION, Raul; VIZENTINI, Paulo G. Fagundes (Org.). *A crise do capitalismo globalizado na virada do milênio*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. p. 56-79.

NAVARRO, Vicente. Produção e Estado do bem-estar. In: LAURELL, Asa Cristina (Org.). *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. Tradução de R. L. Contrera. São Paulo: Cortez, 1997. p. 89-123.

OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Tradução de B. Freitag. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

POCHMANN, Márcio. *A década dos mitos*. São Paulo: Contexto, 2001.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Tradução de E. Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

RODRIGUES, Marcelo. A geopolítica do império configura uma ameaça à humanidade. In: CARRION, Raul; VIZENTINI, Paulo G. Fagundes (Org.). *A crise do capitalismo globalizado na virada do milênio*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. p. 232-248.

ROSANVALLON, Pierre. *A nova questão social: repensando o Estado-Providência*. Tradução de S. Bath. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SALAMA, Pierre; VALIER, Jacques. *Pobrezas e desigualdades no terceiro mundo*. Tradução de C. M. Mathieu. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, Theotônio dos. América Latina: democratização e ajuste estrutural. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 5, jul. 1996. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 30 jun. 2010.

SANTOS, Theotônio dos. *Do terror à esperança: auge e declínio do liberalismo*. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2004.

STIGLITZ, Joseph Eugene. *A globalização e seus malefícios*. Traduzido por Bazán Tecnologia e Linguística. São Paulo: Futura, 2002.

TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luis. *(Des)ajuste global e modernização conservadora*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

TOLEDO, Enrique G. Neoliberalismo e Estado. In: LAURELL, A. C. (Org.). *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. Tradução de R. L. Contrera. São Paulo: Cortez, 1997. p. 69-90.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. *O universalismo europeu*. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2007.

**Para publicar na revista Universitas  
Relações Internacionais, entre no endereço  
eletrônico [www.publicacoesacademicas.uniceub.br](http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br).  
Observe as normas de publicação, facilitando e  
agilizando o trabalho de edição.**